

-----ATA N.º 4-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2018, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 – Proposta n.º 28/CM/2018 - Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2017, do Município de Torres Vedras; -----

----- 2 - Proposta n.º 29/CM/2018- Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2017, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----- 3 – Proposta n.º 30/CM/2018 - 3.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras aprovado para 2018; -----

----- 4 – Proposta n.º 31/CM/2018 - 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2018 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----- 5 – Proposta n.º 18/AM/2018 – Apreciação e votação de votos, moções e recomendações; ----

----- 6 – Proposta n.º 19/AM/2018 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município; -----

----- 7 – Designação de Júris: -----

----- 7.1 - Proposta n.º 21/CM/2018 - Procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras; -----

----- 7.2 - Proposta n.º 22/CM/2018 - Procedimento concursal de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 2.º grau – Chefes de Divisão, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----- 8 - Proposta n.º 24/CM/2018 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Aquisição de serviços para elaboração do projeto da Biblioteca Municipal e Museu do Brinquedo de Torres Vedras; -----

----- 9 - Proposta n.º 26/CM/2018 - Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado municipal de parcela de terreno, sita em Caixeiros, Freguesia de Silveira; -----

10 - Tomada de conhecimento de atos administrativos praticados ao abrigo de delegação de competências;-----

----- 10.1 - Proposta n.º 15/AM/2018 - Afetação de bens ao domínio público municipal (CM de 06/03/2018 e 17/04/2018); -----

----- 10.2 - Proposta n.º 16/AM/2018 - Autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----- 11 – Proposta n.º 32/CM/2018 - Tomada de conhecimento da correção material ao Plano de

Urbanização da Cidade de Torres Vedras; -----

---- 12 - Proposta n.º 33/CM/2018 - Autorização para repartição de encargos “Empreitada para reabilitação de edifício para o Museu Joaquim Agostinho”;-----

---- 13 - Proposta n.º 27/CM/2018 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação.-----

---- Face à ausência do Primeiro Secretário, que por razões climáticas ficou retido na Madeira, o Sr. Presidente da Mesa chamou para integrar a mesa, Francisco Branco da Silva.-----

----Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário) e Francisco Branco Silva. -----

---- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Vitor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Paula Santos Mota, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luis, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Paulo Dinis Faustino Valentim e Daniel Filipe Lamas Andrade Ferreira. -----

---- Faltou o membro António Fernando Alves Fortunato. -----

---- Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henrique Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Sofia Horta Ferreira. -----

----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:**-----

----O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 10 de 12 e 13 de dezembro do ano findo tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

----O Sr. Francisco Branco da Silva, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

----Anota-se que foram numerados cinco documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1: -----

---- Ofício número 839/2018, do Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, de 9/04/2018 a informar que remeteu ao Ministro do Ambiente, o ofício remetido por este órgão deliberativo sobre a Moção – Projeto de Expansão do Metro de Lisboa. -----

DOCUMENTO 2: -----

---- Ofício número 3927/ARSLVT/2018, do Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT, a remeter informações na sequência da moção remetida por este órgão deliberativo com o assunto “Somos Discriminados em Médicos de Família.” -----

DOCUMENTO 3: -----

---- Petição subscrita por Jorge Manuel de Soto-Maior da Costa, datada de 26 de abril, a solicitar que as intervenções no âmbito da problemática do “Centro Histórico” e cujos efeitos se revelem potencialmente conflituosos com a vivência na zona, sejam previamente apresentadas e discutidas em debate público, devidamente organizado, publicitado e moderado, visando identificar os problemas resultantes dessa intervenções, debater ideias, apresentar propostas alternativas na procura da melhor solução que venha resolver ou minorar esses conflitos.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 4: -----

---- E-mail de Renata Simões, de 17 de abril a solicitar a sua substituição, por motivos de saúde - recuperação de parto.-----

---- Encontrava-se presente em sua substituição Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

DOCUMENTO 5: -----

---- E-mail de Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, de 23 de abril, a solicitar a sua substituição, no período entre 25 de abril e 24 de maio.-----

---- Encontrava-se presente em sua substituição Daniel Filipe Ferreira.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

---- Nesta altura e de acordo com o art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao público que ao abrigo do n.º 3, se tinha inscrito para intervir. -----

BARULHO DOS BARES DE NOITE: -----

---- A **Sra. Ana Maria dos Santos Pedro** disse morar na zona histórica da cidade onde existem muitos bares e veio à Assembleia Municipal no sentido de alertar e pedir que a Câmara Municipal intervenha, uma vez que não se consegue dormir até às 4.00h da manhã por causa do barulho e do som que emitem para o exterior. -----

---- Disse ainda que quando pedem intervenção da PSP, esta força de segurança refere que os

bares têm autorização, e não sabendo o que fazer, vem solicitar orientações para que este problema seja resolvido o mais rapidamente possível. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que em função da legislação que liberalizou os horários, na última reunião do Executivo deliberaram no sentido de desencadear o procedimento de alteração ao regulamento de horários dos estabelecimentos comerciais do município.-----

----- No que se refere ao som para o exterior, cabe às autoridades em função das reclamações que são feitas, levantar os respetivos autos e a autarquia dar seguimento aos mesmos.-----

----- Mais informou que quer na cidade quer em Santa Cruz têm vindo a reduzir os horários dos bares, que não cumprem as regras. Tem conhecimento da ocorrência do último fim de semana, na qual teve intervenção direta, resolvendo o assunto.-----

----- Lembrou que no caso da rua onde a munícipe reside, as maiores incidências registam-se no período do Carnaval, quando há alguma tolerância. -----

----- Agradeceu a intervenção da munícipe e assegurou que estão a tomar medidas no sentido de quem vive no centro histórico tenha qualidade de vida. Estão atentos, e podem contar com ele para que as regras sejam cumpridas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **ENCERRAMENTO DO TRÂNSITO NO LARGO DE S. PEDRO:**-----

----- O Munícipe **Armando Francisco Pereira Ferreira** disse que tem negócio na Rua Dr. João Menezes há 35 anos, com as obras que foram feitas por detrás da Igreja teve uma quebra de cerca de 50% e agora com o encerramento do Largo de S. Pedro não sabe se o consegue manter aberto até ao fim do ano.-----

----- Também referiu que esta rua tem um sinal de “trânsito proibido exceto veículos autorizados”, mas não sabe a que veículos se refere. Deu nota que os carros podem entrar para descarregar mas não têm espaço de manobra para sair.-----

----- O que sabe que é as pessoas não vão à sua loja, vão aos supermercados onde têm estacionamento-----

----- Lembrou que foi anunciado que esta medida é por causa da poluição e do ruído, pelo que se interroga se brevemente também vão encerrar a Av. 5 de Outubro, onde há mais trânsito e certamente mais poluição. -----

----- Teve de seguida a palavra **a Sra. Elvira Moreira** que começou a sua intervenção questionando se alguém da câmara pensou no prejuízo enorme que este encerramento de trânsito iria causar no comércio que existe neste largo, para o qual é muito importante, o cliente poder parar o carro dois minutos. Com estas alterações os clientes com mobilidade reduzida não podem chegar perto das lojas, e assim vão ao centro comercial e aos grandes supermercados. -----

----- Frisou que o Sr. Presidente da Câmara disse que no espaço público tem competência para

decidir e pelos vistos achou que decidiu bem, mas com esta medida fecha a sua loja e todas as outras que ainda têm as portas abertas. -----

----- Disse ser triste que os comerciantes só soubessem desta alteração pela comunicação social pois gostariam de ter sido consultados, porque está a dar cabo do comércio tradicional. -----

----- A **Sra. Olga Silva** disse que também veio para contestar o encerramento de trânsito neste largo. -----

----- O edil referiu que esta medida ia de encontro ao interesse e pretensão dos comerciantes, mas não tem conhecimento de nenhum que seja a favor. -----

----- Não permite que se pare para descarregar, mercadorias ou pessoas e assim desde que o trânsito foi encerrado ninguém pára ali, o largo está deserto mas também acha que não havia assim tanto barulho, e tem a certeza que agora há mais poluição no Choupal, por causa das filas que esta alteração gerou. -----

----- Não estão contentes. -----

----- Ainda sobre este assunto o munícipe **José António M. Rocha Lopes** manifestou a opinião de não ser aceitável que a Câmara Municipal faça uma reunião à porta fechada para decidir a vida dos comerciantes do Largo de S. Pedro, tomando uma medida que vai influenciar a vida de terceiros sem que estes fossem ouvidos. -----

----- Salientou que desde há largos anos que têm assistido à degradação contínua desta zona motivada pelas obras que têm sido feitas, a seu ver, no sentido de afastar as pessoas da cidade, cujo centro e não só o largo de S. Pedro estão sem vida. Já a aconteceu na Praça Machado Santos e agora vai acontecer o mesmo neste largo. -----

----- A Câmara Municipal tem vindo ao longo dos tempos a criar condições negativas para que qualquer atividade possa sobreviver, resultando num desperdício absoluto das energias dos comerciantes, e também não oferecendo condições para novos comerciantes se estabelecerem. --

----- Concluiu dizendo que se não houver uma alteração ao que foi feito, todas esta zona “morrerá”.

**CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE - PETIÇÃO:** -----

----- O munícipe **Jorge Manuel Soto Maior da Costa**, disse que veio manifestar a sua insatisfação sobre um problema da cidade que está expressa sob a forma de petição que entregará à mesa. ---

----- A sua insatisfação relaciona-se com o centro histórico, tendo presente que o abandono do comércio no centro histórico é um problema antigo muito sério e crescente com graves e dramáticas consequências para os comerciantes a curto prazo e danos que podem ser irreversíveis para a cidade a longo prazo, mais especificamente sobre as intervenções que nos últimos anos tinham como objectivos repovoar, reabilitar e tornar vivo o centro histórico, mas que não foram conseguidos. Ainda não caíram mas estão à beira do abismo e continuam a dar passos em frente. -----

-----Assim, questionou se as diversas intervenções feitas pela autarquia ao longo dos anos têm resolvido ou irão resolver a gravidade do problema assim como a recente alteração de trânsito efectuada no largo de S. Pedro e as demais que já foram anunciadas.-----

----- Disse que saiu da Rua Serpa Pinto onde esteve mais de 50 anos e mudou-se para a Rua 9 de Abril na esperança do seu negócio sobreviver, mas nem aqui está a conseguir.-----

-----Entende que o empobrecimento, desqualificação e a desertificação do centro histórico está directamente relacionado com a inércia da administração local ao nível da sua política de desenvolvimento sustentável em geral e principalmente de urbanismo comercial.-----

----- Assim, entregou à mesa da Assembleia uma petição no sentido de que as intervenções no âmbito da problemática do “Centro Histórico” e cujos efeitos se revelem potencialmente conflituosos com a vivência na zona, sejam previamente apresentadas e discutidas em debate público, devidamente organizado, publicitado e moderado, visando identificar os problemas resultantes dessa intervenções, debater ideias, apresentar propostas alternativas na procura da melhor solução que venha resolver ou minorar esses conflitos.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por agradecer as intervenções dos munícipes, que têm comércio no largo de S. Pedro, a manifestar as suas preocupações.-----

----- Informou que esta ideia não é nova e resultou de diálogo que vem sendo feito desde há alguns anos atrás entre a Câmara Municipal e os comerciantes. Lembrou que foi há 25 anos que encerraram a primeira rua, tendo a posição dos comerciantes sido similar a esta, mas logo perceberam que este seria o caminho para terem mais atractividade. Agora surgiram novamente essas dúvidas, mas também há comerciantes no largo de S. Pedro que acham que foi uma excelente medida.-----

----- Defendeu que a autarquia tem que tomar as medidas que entenda serem as mais ajustadas para a gestão do espaço público da cidade.-----

----- Acrescentou que era uma antiga pretensão dos comerciantes trazer o TUT (Transportes Urbanos), para o centro histórico, o que irá acontecer a partir de segunda – feira.-----

----- Assegurou ser importante ter políticas para a gestão do centro histórico que possam vir ao encontro do que têm vindo a desenvolver na área do planeamento, através do qual têm feito algumas ações para lhe dar uma melhor qualidade urbana e melhor vivência.-----

----- Deu nota ainda que recentemente abriram mais dois estabelecimentos comerciais no Largo de S. Pedro, que são excelentes exemplos de investimento na área.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** deu por encerrado o período aberto ao público e disse que tinham sido entregues à mesa pelo Grupo Municipal do PS dois votos de pesar:-----

**VOTO DE PESAR - BENJAMIM DOS REIS:**-----“

----- “Benjamim dos Reis nasceu a 7 de agosto de 1948 em Runa e faleceu no dia 15 de abril de 2018 aos 69 anos. -----

----- Benjamim depois de concluir a 4 classe exerceu a atividade de comerciante ajudando o seu pai na Casa de Pasto de David dos Reis e mais tarde como colaborador de seus primos na Casa Roque. -----

----- Com a morte de seus pais, caiu em profunda tristeza, tendo encontrado como solução e fuga à sua angústia em que se encontrava, a deslocação diária de Runa para a nossa cidade de Torres Vedras, primeiro em bicicleta, depois em motorizada e mais recentemente, através dos transportes coletivos. Há mais de 30 anos que se concentrava na Rua 9 de Abril para vender jogo da Santa Casa. -----

----- Benjamim, personagem atípico e figura carismática, conquistou a simpatia de comerciantes e do público em geral. -----

----- Benjamim amava a vida, o convívio e as pessoas. -----

----- Como seu conterrâneo e amigo proponho, com este voto de pesar, perpetuar a sua memória, endereçando à família as nossas sentidas condolências. -----

----- Torres Vedras, 26 de abril 2018” -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Benjamim Reis, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória. -----

**VOTO DE PESAR – PADRE FREI ANTÓNIO MARQUES CRISPIM:** -----

----- ““No pretérito dia 14 de abril faleceu Frei António Marques Crispim, mais conhecido entre nós como Padre Crispim. -----

----- Era natural da Póvoa de Penafirme, onde nasceu em 23 de Janeiro de 1934. -----

----- Iniciou o noviciado no Convento de Varatojo em Agosto de 1950. -----

----- Ordenado sacerdote em 13 de Julho de 1958. -----

----- Foi pároco em Faro de 1967 a 1972 bem como em Ponte do Rol de 1972 a 2001 e S. Pedro da Cadeira, em simultâneo, de 1976 a 1984. -----

----- Como escritor e poeta publicou muita da sua obra em Revistas e Jornais, destacando-se o Badaladas. -----

----- Desde 2003 era capelão no Lar de S. José, em Torres Vedras. -----

----- O seu corpo jaz em campa rasa no cemitério de Penafirme. -----

----- A Assembleia Municipal, hoje reunida, perante a perda irreparável de to ilustre cidadão e “torriense de gema”, manifesta a toda a sua família bem como a toda a Comunidade Franciscana o seu mais profundo pesar. -----

----- Torres Vedras, 26 de Abril de 2018” -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata um voto de pesar, pelo falecimento do Frei António Marques Crispim, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória. -----

#### **RESPOSTA DA ARSLVT À MOÇÃO “SOMOS DISCRIMINADOS EM MÉDICOS DE FAMÍLIA”**---

----- Reportando-se ao documento sobre o assunto em título lido na correspondência o Presidente da Mesa, **Sr. José Augusto de Carvalho**, sugeriu que esta questão continuasse a ser ponderadamente analisada no âmbito da Comissão Eventual de Saúde em vista a dar uma resposta a este ofício, uma vez que a que receberam não é satisfatória, porque a ilude as questões centrais do problema. -----

----- A **Sra. Rita Sammer**, concordou que esta questão fosse vista numa próxima sessão, depois da comissão debater o assunto. -----

----- Tende em conta uma reunião que o PSD teve com a Presidente do CHO, o **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia pertencem ao partido com maioria no governo e devem deixar-se de eufemismos e de ofícios para cá e para lá. Devem mexer-se e fazer pressão para resolver este assunto. -----

----- Nessa reunião a Sra. Presidente do CHO disse que há inação política, sem perspetivas quanto a um novo hospital, assegurando que fazem o melhor possível, mas mostrando-se impotente considerando que é necessário tomar decisões políticas. -----

----- Estas decisões estão, nos últimos 3 anos, do lado do PS e já não há lugar para se desculparem com o governo anterior. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que é sua responsabilidade política e também do Presidente da Assembleia Municipal ter uma visão para a área de cuidados hospitalares no concelho e já deu a conhecer a visão do PS, na qual estão a trabalhar. -----

----- Deu nota ainda que na semana passada, fruto de uma decisão política, o Conselho de Ministro aprovou a passagem do CHO a Entidade Pública Empresarial, com o qual faz votos que possam melhorar politicamente, a prestação dos cuidados de saúde hospitalares, tendo sido por sua proposta que se entenderam nesta vertente. -----

----- Quando é preciso escrever, escrevem e quando é preciso falar “grosso”, falam e tomam atitudes quando é preciso. Estão a trabalhar intensamente para resolver este assunto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **VISITA PASTORAL DOS BISPOS À VIGARIA DE TORRES VEDRAS:** -----

----- O Deputado Municipal **Jacinto Leandro** deu nota que entre os dias 14 de janeiro e 11 de março os bispos percorreram as 20 paróquias da vigaria e teve como lema “palavra e missão”. -----

----- Nesta jornada D. Manuel Clemente e os bispos auxiliares D. Nuno Brás e D. Joaquim Mendes visitaram as diversas comunidades paroquiais, nas suas manifestações socio-culturais,



empresariais, políticas e espirituais. A todos deixaram uma palavra de estímulo e interpelação, reportando sempre aos valores e missão da igreja. -----

----- Anotou que o Grupo Municipal do PS reconhece a importância, a dinâmica e o alcance desta visita pastoral à nossa comunidade e reveste no papel, nos valores de humanidade e de serviço que a igreja desempenha entre nós, por isso saúda a hierarquia da igreja e todos os crentes bem como todos os torrienses, pelo êxito da visita. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** concordou que em boa hora a visita foi efectuada, e no âmbito da mesma teve oportunidade de partilhar muitas das suas preocupações. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017 - PROMOTORRES E.M.:** -----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** começou a sua intervenção dizendo que é uma enorme honra estar a representar o TnL e espera dignificar a tarefa e o cargo que lhe foi entregue. -----

----- De seguida questionou se já estavam disponíveis os documentos em título, solicitados numa sessão anterior e que ainda não foram disponibilizados.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que hoje remeteu à Assembleia a Prestação de Contas de 2017, que será disponibilizado aos membros. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PARQUE VERDE DA VARZEA - MEDIDAS DE POUPANÇA DE ÁGUA:**-----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** tendo presente o aproximar do Verão questionou, para além das medidas que a câmara já indicou de poupança de água, se tem outras previstas com vista a minimizar eventuais impactos de futuras secas, nomeadamente de algumas fontes ornamentais que existem na cidade dando como exemplo os repuxos do Parque Verde da Várzea, que de alguma forma podem contribuir para o desperdício da água. -----

----- Alertou ainda que aumentou o número de munícipes que levam os cães a passear no parque da cidade para locais onde não é permitido e faria sentido a câmara equacionar a criação de novos espaços reservados a cães, nomeadamente na zona norte da cidade. -----

----- Quanto à poupança de água o **Sr. Presidente da Câmara** informou que a autarquia tem um plano de contingência, que é acionado de acordo com as necessidades. Os repuxos da cidade funcionam em ciclo fechado, cujas perdas vão gerindo.-----

----- No que se refere aos canídeos, disse que os vigilantes do parque vão gerindo as situações à medida que vão surgindo, e lembrou que há pouco tempo inauguraram um local para os mesmos, que serve a cidade mas presentemente não têm condições de estender a outras zonas da cidade este equipamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**JARDIM DA GRAÇA:**-----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** reportando-se à recente notícia sobre o encerramento dos balneários públicos do Jardim da Graça, inquiriu se está prevista alguma alternativa pública sustentável.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que os sanitários em causa estão encerrados, mas existe em alternativa o Convento da Graça.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**HABITAÇÃO :**-----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** tendo presente as recentes alterações que o governo introduziu no mercado de aluguer de casa, questionou se a autarquia tem acompanhado localmente as evoluções do mercado de aluguer e aquisição de habitação, se tem noção do aumento do preço, e que impactos pode ter a nível de despejos, incumprimentos e de deslocações forçadas.-----

----- Questionou ainda que mecanismos existem para minimizar os impactos no que se refere a realojamentos urgentes de apoio a famílias de baixos rendimentos e de idosos.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que têm estado atentos às novas políticas de habitação e a autarquia tem um conjunto vasto de programas nesta vertente tais como o apoio ao arrendamento e apoio a habitações degradadas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FEIRA DA SAÚDE 2018 – 13 A 15 DE ABRIL:**-----

----- A **Sra. Susana Neves** interveio no sentido de enaltecer a realização de mais uma edição da Feira da Saúde, que este ano registou mais de mil visitantes comparativamente com 2016.-----

----- Salientou a intergeracionalidade de participante com foco no espaço “Saúde a Brincar”, numa relação com o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual dedicado às crianças do 1.º ciclo e seniores.-----

----- Enalteceu também as parecerias em envolvência com os atores locais das autarquias e na saúde, em especial o ACES Oeste Sul.-----

----- Por último sugeriu que a feira da saúde fosse reflectida, não tendo apenas metodologia de funcionamento de 3 dias, e pudesse ser espartilhada em dois a três momentos anuais, explanados para congressos, seminários, encontros de saúde que cobrissem áreas tais como a biomedicina, medicina preventiva e medicina social (com a inclusão de reflexão sobre a eutanásia), temas que não tem dúvidas que estarão na agenda política nos próximos anos.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras e sugestões da deputada municipal, que são positivas para melhorar este evento.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO DO TRÂNSITO NO LARGO DE S. PEDRO:**-----

----- A **Sra. Rita Sammer** considerou censurável que a decisão para o encerramento do trânsito no largo tenha ocorrido à porta fechada pois pensa que a intervenção no espaço público deve ocorrer

sempre após auscultação e discussão pública, mesmo quando se trate de propostas eleitorais, como era o caso. -----

----- Nesta sequência solicitou ao Presidente da Assembleia que considerasse o agendamento da discussão “estratégia para a revitalização do Centro Histórico” para uma reunião que lhe pareça oportuna em devida articulação com o executivo municipal. -----

----- Em complemento a esta intervenção o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que a resposta do edil o deixou perplexo, uma vez que algumas ruas do centro histórico estão de facto desertas. Não lhe parece que as coisas vão tão bem como o edil fez parecer e preocupa-o estes comerciantes terem vindo à Assembleia Municipal manifestar as suas preocupações. -----

----- Também sobre o encerramento do trânsito no Largo de S. Pedro o **Sr. João Pedro Gomes** opinou não ser de facto o melhor para a cidade e o tempo tem provado isso mesmo. -----

----- Lembrou que existe uma diferença abismal na rua Paiva de Andrada antes e depois de ser encerrada a circulação automóvel, sempre em prejuízo dos comerciantes, da própria cidade e das pessoas, pois há poucas pessoas a circular nesta artéria, que era uma das mais movimentadas da cidade. -----

----- Este critério, não é correto e revela apenas que a Câmara Municipal sempre que quer intervir na revitalização do trânsito, limita-se a fechar ruas e Santa Cruz é outro exemplo disso, o que não é aceitável nem defensável. -----

----- Alertou também que o edil disse que a medida era para retirar poluição em frente à Igreja de S. Pedro, mas agora vai aumenta-la em frente ao Chafariz dos Canos. -----

----- Em relação ao facto da Câmara Municipal deliberar o encerramento do trânsito no largo, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o Executivo agenda e delibera de acordo com as suas competências e em função do que lhes foi delegado no último ato eleitoral. Deliberaram sobre um conjunto de instrumentos de planeamento que visam a redução dos gases de efeito de estufa e é nesse sentido que estão a implementar a estratégia de adaptação às alterações climáticas. -----

----- Têm que ser coerentes e cumprir os planos nas várias áreas que foram aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES – VISITA DA COLIGAÇÃO “JUNTOS SOMOS MAIS FORTES” AO CENTRO OPERACIONAL MUNICIPAL (COM):** -----

----- A **Sra. Rita Sammer** lembrou que na primeira reunião questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o facto de ter impedido a coligação em título de visitar os estaleiros municipais durante a campanha eleitoral, mas ter permitido visita ao mesmo local da comitiva do PS, que incluía o atual presidente da Câmara, vereadores e membros da Assembleia Municipal e que apesar de ter sido notificado desta ilegalidade pela CNE, ainda durante o período eleitoral, manteve o impedimento. -

-----Reforçou que foi um ato prepotente, de abuso de poder e que, de acordo com o citado parecer, consubstancia a violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade e é punido com pena de prisão até dois anos ou pena de multa até 240 dias, tendo o caso sido entregue ao Ministério Público. Entregou à mesa o citado parecer.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** lamentou que a deputada municipal ainda não tenha feito a “digestão do dia 1 de outubro”. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** disse que, perante o parecer da CNE, o mínimo que esperava do edil era dizer que “as coisas não correram bem, mas já passou.” -----

----- Reforçou que a “digestão” de outubro já está feita, mas verão se não dará lugar a “azia”. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA:**-----

----- O **Sr. António Carneiro** disse que no dia anterior, ouviu com muita atenção os discursos do 25 de abril, sessão que saudou pela qualidade organizativa, em que quase todos tiveram como tema transversal, o afastamento da juventude em relação à vida política em geral. Alguém também referiu a abstenção crescente como resultado muito prático e visível desse afastamento-----

----- Assim, saudou o facto de o governo ter decidido, nos novos currículos escolares, incluir uma disciplina para a educação do desenvolvimento da cidadania. -----

----- Disse que ainda que não sabe em que medida a perda da obrigatoriedade do serviço militar não terá contribuído para uma geração se afastar das questões ligadas à cidadania. Pensa que perderam uma geração, pelo que vê na vida associativa e no comportamento no ato eleitoral. -----

----- Pensa que é necessário atrair a juventude para esta questão, e acredita que esta disciplina venha a contribuir para isso.-----

----- Sugeriu que a própria Assembleia, como órgão político mais transversal, tivesse alguma iniciativa nesta área da cidadania que atraia as camadas mais jovens e manifestou-se disponível para integrar um grupo de trabalho para levar a cabo algumas ações e tentar “lutar contra a corrente”. -----

----- No seguimento desta intervenção o deputado municipal **Nuno Henriques** disse que a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia têm esse dever de cidadania com transparência e com a participação de todos.-----

----- Assim deixou o repto ao Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de realizar algumas sessões descentralizadas, nas quais os membros poderiam abdicar das senhas de presença. -----

----- Simbolicamente podiam realizar uma sessão destinada aos jovens e outra à população sénior, nas zonas rurais e nas zonas do interior, envolvendo assim no debate as diversas bancadas, para motivar as pessoas para a discussão política verdadeira da pólis e não da burocracia. -----

----- Disse que o que se passa em Torres Vedras, tem visto por todo o país, por falta de motivação

e apesar da criação dessa disciplina ser importante, Torres Vedras poderia ser pioneira e explicar aos jovens e também aos seniores essa participação cívica e de cidadania. -----  
----- Estão disponíveis para participarem em assembleias não formais, para levar a política autárquica em prol da cidadania ativa e da qualidade de vida dos torrienses. -----  
----- Relativamente à questão da participação dos jovens na vida política, o **Sr. Presidente da Câmara** disse que estão a trabalhar para em 2019 avançar com o orçamento participativo jovem, que é uma forma dos jovens terem a consciência do que é participar na vida pública.-----  
----- Informou ainda que todos os anos a autarquia realiza o Jogo do Município onde participam alunos de todas as escolas do concelho. -----  
----- Aproveitou para dar nota que a partir de hoje realiza-se em Torres Vedras o Festival da Robótica, uma referência nesta área da robótica com a participação de 490 jovens de 21 países. --  
----- Assegurou que a autarquia tem muitas iniciativas para envolver os jovens torrienses pois considera que a participação cívica e cidadania é determinante para ter uma sociedade mais coesa, mais informada onde os jovens tenham um papel ativo.-----  
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**LISTA DE QUOTIZAÇÕES:** -----

----- O **Sr. João Pedro Gomes** disse que fez um requerimento a questionar o montante gasto anualmente nas quotizações referentes às associações a que o município aderiu, ao qual ainda não recebeu resposta, questionando se está para breve.-----  
----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a listagem em causa está no relatório de atividades deste ano.-----  
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SCUT – GRAU DE MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DO MÉRITO:** -----

----- O **Sr. Rui Lopes** em nome do Grupo Municipal do PS congratulou-se com a condecoração em título, recebida pelo Sport Clube União Torriense, pelo seu centenário, pelas mãos do Sr. Presidente da República em Belém no dia 6 de abril.-----  
----- O **Sr. Pedro Vasa**, Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol aproveitou para questionar qual o ponto de situação do sintético e quando será colocado.-----  
----- Referiu-se também ao futebol feminino que recomeçou neste clube há 3 anos e já conta com cerca de 30 atletas, das quais 5 estão na seleção distrital e 1 na seleção nacional, apesar das condições péssimas de que dispõem para praticar esta modalidade. -----  
----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que quer o SCUT quer a Física devem servir de referência para os outros clubes.-----  
----- No que se refere à intervenção do autarca da Ponte do Rol, assinalou o bom trabalho que o SCUT tem vindo a fazer na área do futebol feminino e informou que já fizeram uma alteração no

critério de atribuição dos apoios, para promover a igualdade do género. -----

---- Quanto ao futuro do clube lembrou que no dia seguinte se realizará o ato eleitoral, após o qual estarão disponíveis para reunir com a nova direção, para procurar entendimento.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FISICA – BANDEIRA ÉTICA DO DESPORTO:**-----

---- O **Sr. Rui Lopes**, em nome do Grupo Municipal do PS congratulou-se e enalteceu o clube, que recebeu no passado dia 9 de abril a bandeira em título, tendo sido a primeira associação a obter tal reconhecimento a nível nacional, e que constitui um momento importante dos seus 93 anos. Esta bandeira é fruto de um processo de certificação que enaltece os valores éticos no desporto e permite abranger novos projectos e ambições, reforçando as suas redes colaborativas.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM TORRES VEDRAS:**-----

---- O **Sr. António Moreira** informou que na passada segunda-feira, dia 23 de abril, deu entrada a uma ação judicial contra o Estado Português para obrigar a construir um novo hospital na área urbana de Torres Vedras. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**VALA DO ALPILHÃO:**-----

---- O **Sr. António Moreira** alertou que a vala em título está cheia de lixo, e os patos desapareceram, o que é lamentável, solicitando ao responsável pelo pelouro do Ambiente que passe por lá.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que esta semana foi identificado um infrator que estava a poluir esta linha de água.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento-----

**CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA:**-----

---- O **Sr. João Rodrigues**, representante do Bloco de Esquerda, reportando-se à notícia veiculada na comunicação social, sobre o alargamento do contrato em título a todo o concelho, questionou a razão do mesmo não ter sido apresentado à Assembleia Municipal, uma vez que é uma das suas competências, no âmbito da fiscalização e apreciação em cumprimento do art.º 3.º do Regimento. -----

---- Consideram útil que a Assembleia Municipal promova um debate amplo sobre as questões de segurança, ou seja, sobre a convivência social pacífica no que diz respeito à vida nocturna, e episódios de violência que têm ocorrido. -----

---- Uma cidade que só tem para oferecer bares aos jovens que saem à noite, é uma cidade com muitas carências.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que o contrato foi presente a reunião do Executivo, já

foi assinado e vão começar a trabalhar na sua implementação para melhorar a segurança de todos. Poderá ser disponibilizado à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

----- O contrato que estava em vigor cobria apenas o centro histórico, e este é mais abrangente. ---

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EDIFÍCIO DA TRANSFORMA:**-----

----- O **Sr. João Rodrigues** voltou a questionar sobre o assunto em título, no sentido de saber quais as soluções que estão a ser equacionadas pelo executivo de modo a que o edifício desta associação, que está encerrado há dois anos e que foi financiado com dinheiros públicos europeus e municipais, possa cumprir a sua missão de estar ao serviço da comunidade. -----

----- Solicita resposta esclarecedora por parte do Executivo.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que estão a trabalhar no assunto que assim que estiver devidamente consolidado, virá à Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**NOVA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR – EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL:** -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** disse que ouviu com atenção o discurso do edil na sessão solene do 25 de abril, que lhe suscitou hoje questionar sobre a intenção de introduzir uma terceira unidade de saúde familiar no edifício em título, sobre o qual há uns tempos atrás disse que as obras avançavam a bom ritmo, mas aparentam estar na mesma. Certamente que se esqueceu de o referir no discurso. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que há duas semanas atrás teve uma reunião com a ASRLVT no sentido de afinar os procedimentos para a futura unidade de saúde, e estão em conversações com os proprietários, sendo um processo que está a decorrer. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OESTE - CIDADE EUROPEIA DA CULTURA:** -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que o Conselho Intermunicipal do Oeste aprovou, sob sua proposta, com o consenso de todos os municípios, numa reunião que teve lugar hoje em Torres Vedras, a candidatura do Oeste a Cidade Europeia da Cultura em 2027, visando fazer do Oeste uma referência cultural, dando a conhecer a sua identidade e as suas gentes. -----

----- Mais informou que têm que apresentar a candidatura até 2021 e faz votos para que os órgãos da autarquia possam dar um contributo positivo para a afirmação do Oeste neste contexto.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PRODUTO TURÍSTICO - SURF :** -----

----- Também com o seu contributo e com consenso, o Sr. Presidente da Câmara deu nota que a OesteCIM na mesma reunião decidiu, avançar com uma visão estratégica e integrada no novo conceito para o produto turístico “Surf”, no sentido a que possam ter até ao final do mandato Santa

Cruz no mapa reforçando o posicionamento de Peniche e Nazaré, numa parceria que estão a desenvolver com o World Surf Legue até 2021.-----

---- O **Sr. António Carneiro** disse que não tinha conhecimento dessa unanimidade quanto à questão do “Surf”.-----

---- Lembrou que há uns anos atrás a costa de Mafra foi classificada como reserva mundial do surf não mas entende qual a diferença entre Ribeira d’ Ilhas e Santa Cruz, Peniche ou Nazaré, sendo mais do justo que se reponha essa injustiça, classificando como reserva mundial do surf do Guincho à Figueira da Foz.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

---- Antes de iniciar o período da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa informou que as votações dos pontos teriam lugar no final da reunião.-----

### **1 – PROPOSTA N.º 28/CM/2018 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

---- Presente ofício número 3899, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril, a remeter os documentos de prestação de contas do Município de Torres Vedras de 2017 em CD para que efeitos de aprovação, de conformidade com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 17/04/2018.-----

---- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por dizer que os documentos são esclarecedores, e também foram analisados em sede de comissão permanente de líderes da assembleia municipal, aproveitando para agradecer a todos os colaboradores da autarquia envolvidos na preparação dos mesmos.-----

---- O **Sr. Rui Prudêncio** disse que quando em dezembro do ano transato votaram favoravelmente o orçamento, não tiveram dúvidas que seria bem executado, daria cumprimento ao programa do PS e documento em discussão reflecte isso mesmo.-----

---- Salientou a execução da receita de 98%, 91% de despesa e resultado líquido positivo de €6.800.000,00, muito bom para terem uma almofada financeira que lhes permita aproveitar os programas comunitários que aparecem.-----

---- Salientou ainda como factor positivo a redução do passivo na ordem dos € 2.000.000,00.-----

---- Afirmou que o PS revesse nestas contas, deixando uma palavra de incentivo para continuarem neste caminho, mantendo o mesmo nível de investimento, o mesmo rigor e transparência, com o qual os executivos PS os tem brindado ao longo dos 44 anos, em que são votados maioritariamente para liderar a autarquia.-----

---- Teve de seguida a palavra o **Sr. Daniel Ferreira** representante do Torres nas Linhas que assinalou que as contas em análise demonstram execução elevada, redução de passivo, mas no que se refere a despesas com pessoal, verificou que há um aumento cerca de €300.000,00 com



trabalhadores avançados, o que lhe parece estranho numa altura em que a autarquia está a fazer um esforço enorme na integração de precários.-----

----- Manifestou algumas dúvidas pelo facto de se registar o aumento contínuo de transferências de valores para a Promotorres, que nestas contas totalizam meio milhão de euros e que justificados com os contratos programa, mas que se referem a atividades que a Promotorres já faz há muitos anos. -----

----- Questionou em que ponto de situação se encontra o contrato programa do Mercado Municipal.

----- Referiu como um ponto meio positivo o prazo médio dos pagamentos estar abaixo da média nacional, mas que, registou um aumento passando de 46 dias para 54 e deviam introduzir como medida de excelência, o pagamento a 30 dias para serem a referência. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos quanto à diferença registado entre o valor das faturas de dívida em conferência de € 2.205.716,00 e o valor da conta corrente das dívidas a curto prazo a fornecedores de €170.000,00. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo**, reportou-se aos mapas dos fundos de maneo – transferências correntes para 2017 e questionou qual o critério que presidiu ao facto de a Associação de Melhoramentos de A-dos-Cunhados ter sido alvo de uma transferência de €185.000,00 ou seja €15.000,00/mês, mais do foi concedido ao SCT, à Camerata ou à Cruz Vermelha, metade do valor atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, e mais do que foram as transferências correntes concedidas à União de Freguesia do Maxial e Monte Redondo.

----- Também salientou o aumento brutal de transferências para a Promotorres, valores que somados perfazem mais de meio milhão de euros. -----

----- O **Sr. João Rodrigues** disse não ter dúvidas que as contas estão certas, mas advém da aprovação do orçamento no mandato anterior que o Bloco de Esquerda não votou, pelo que vai abster-se.-----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** disse ser óbvio que o resultado é positivo, mas este relatório tem algumas perplexidades, que escalpelizadas deixam-lhe algumas dúvidas. -----

----- Desde logo referiu o facto de o PPI não ter sido executado em mais do que 66%, o que consideram muito insuficiente, para o qual o edil poderá invocar como justificação os fundos comunitários, mas é mais do que isso. -----

----- No que se refere à receita, deu nota que os impostos diretos valem 43%, ou seja quase metade do dinheiro que a autarquia gasta é oriunda dos bolsos dos torrienses através do IMI, IMT IUC e derrama, independentemente da comparticipação no IRS. -----

----- São cerca de €20.000.000,00 de impostos diretos que os eleitores podem questionar no sentido de saber se o dinheiro está a ser correctamente utilizado. -----

----- Verificou menos investimento e menos transferência corrente e de capital para as juntas de

freguesia e entidades, que decresceram nos últimos anos, o que considera uma perplexidade a ter em consideração pelos presidentes de junta. -----

----- Disse que ao longo do ano de 2017, foram feitas 14 alterações orçamentais, o que lhe parece excessivo. -----

----- Reportando-se à página 49 do relatório manifestou algumas dúvidas sobre os valores dos combustíveis que foram imputados a 2017, sem o devido cabimento orçamental, solicitando esclarecimentos. -----

----- Disse ainda que na apresentação feita pelo Administrador Sérgio Simões foi dito que existe um litígio dos SMAS entre a Câmara Municipal e a Águas do Tejo Atlântico, mas que não consta na lista da página 21 do relatório. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** em resposta ao deputado municipal Daniel Ferreira disse que os prestadores de serviços referidos vão ser regularizados em 2018. -----

----- Quanto aos contratos programa com a Promotorres, esclareceu que o do mercado municipal tem oito anos tendo sido agora renovado, e celebraram este ano um novo para a promoção do Ocean Spirit. -----

----- Em relação ao prazo médio de pagamento, tem a informação que neste momento estão a pagar a menos de 30 dias, fruto de um grande esforço para melhorar este rácio. -----

----- No tocante às faturas em conferência esclareceu que encontram rapidamente os valores referidos pelo membro, se tiverem em conta três grandes obras participadas com fundos comunitários, a EDP, com uma facturação expressiva, transportes escolares e SMAS,. -----

----- Quanto à Associação de Melhoramentos de A-dos-Cunhados informou que refere-se às actividades de enriquecimento curricular, para as quais é parceira do município para a natação assim como a Física. -----

----- No que se refere à intervenção do deputado municipal Luis Carlos Lopes, disse que se os valores das transferências para as juntas tivessem aumentado em relação a 2016 diriam que seria por ser ano eleitoral, no entanto assegurou que os valores foram fruto de diálogo equilibrado e permanente, numa relação profícua, com as juntas de freguesia que são parceiras estratégicas do município. Com menos conseguiram fazer mais e atingir os objetivos propostos. -----

----- No tocante às alterações orçamentais, disse que fazem parte da gestão financeira, assim como as revisões que costumam ser cerca de três por ano. -----

----- No que se refere ao litígio informou que o valor do pagamento do saneamento devido à Águas do Tejo, S.A, foi depositado numa conta à ordem do Tribunal, mas conseguiram recentemente chegar a um acordo e irão investir esse valor no território. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** interveio no sentido de questionar qual o valor da despesa de 2017 lançada e não paga que vai transitar para 2018. -----

----- Quanto confrontam o mapa de dívidas a terceiros, com o mapa de controlo da despesa verificam que há despesas que foram efetuadas mas que não tinham dotação orçamental, não podendo ser cabimentadas, solicitando os devidos esclarecimentos, pois estão a falar de rubricas que não estavam dotadas com a despesa que efectivamente foi realizada. -----

----- Questionou onde está reflectida nas contas a verba que foi depositado referente ao litígio. -----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** considera preocupante a justificação dada em relação às transferências para a Promotorres, uma vez que só se justifica este ano, quando se trata de uma situação regular desde 2015 e sempre a aumentar. -----

----- Deu nota ainda que as transferências para as juntas de freguesia têm vindo a diminuir na mesma proporção, e embora ache que o Ocean Spirit tem impacto para Torres Vedras, também acha que as pessoas não vivem deste evento, mas vivem do Mercado Municipal e dos serviços que as freguesias prestam. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se existir transição em 2017 a mesma irá ficar plasmada nas contas de 2018, e no que se refere à dívida a terceiros, explicou que existem dois contratos relativos a fornecimento de combustíveis e de energia elétrica que se prolongaram e houve a necessidade da Câmara assumir esses encargos, e estes são os valores mais substanciais. -----

----- No que se refere ao litígio informou que se refere às contas dos SMAS e não da Câmara Municipal. -----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** indicou que o PSD se estava a referir à Valorsul e à Barraqueiro, onde se verifica uma divergência profunda na faturação. -----

----- Ainda sobre este assunto e dando como exemplo à dívida à Valorsul, a **Sra. Rita Sammer** fez notar que sobravam 40 mil euros, quando em 31 de dezembro estava em conferência €108.000,00 portanto não havia dotação para esta verba, solicitando os devidos esclarecimentos. -----

----- Ainda sobre o litígio pretendem saber onde está reflectido o valor, nas contas que estão a aprovar. Se é dos SMAS, onde está. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que estão a falar de prestações de contas independentes, e a apreciação dos documentos dos SMAS será feita no ponto seguinte. -----

----- Sobre as faturas em conferência disse que estão de acordo com as normas contabilísticas esclarecendo que fazem os pagamentos em função da disponibilidade de tesouraria até ao dia 31 de dezembro, havendo algumas que transitam para serem pagas no orçamento do ano seguinte. -

----- A **Sra. Rita Sammer** disse ainda não estar esclarecida, solicitando informação escrita dos valores exatos de que estão a falar, pois trata-se de despesas que foram assumidas, que estão em conferência e naquela data não tinham dotação. -----

----- Questionou a razão de processo judicial com a Águas do Tejo Atlântico, não constar da

listagem que o edil forneceu aos Vereadores do PSD. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se trata de um processo dos SMAS, em tramitação no seu Gabinete Jurídico, e a listagem solicitada referia-se a processos da Câmara Municipal. -----

---- O **Sr. Presidente da Mesa**, aproveitou para informar que a Mesa só faz o controlo dos pedidos efetuados pelos membros, se forem canalizados através da mesa e por escrito. -----

---- A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea I), n.º 2.º, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 27 votos a favor e 11 abstenções, aprovar Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano de 2017, do Município de Torres Vedras. -----

---- Anota-se que votaram a favor os membros do PS, do PCP e Pedro Germano. -----

## **2 - PROPOSTA N.º 29/CM/2018 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2017, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:**-----

---- Presente ofício número 3899, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril, a remeter os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de 2017, para efeitos de aprovação, de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 17/04/2018. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que foi um ano financeiro positivo com resultado de €1,2 milhões de euros e conseguiram reduzir a dívida a terceiros. -----

---- Conseguiram iniciar um conjunto de obras fundamentais e importantes para o território e prestar serviços de qualidade, ou seja, foi um ano francamente positivo. -----

---- Agradeceu às equipas dos SMAS que procuram diariamente prestar um serviço de excelência.

---- De seguida, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Adjunto do Presidente nos SMAS, **Sr. Sérgio Simões** para mais alguns esclarecimentos. -----

---- Relativamente à questão da dívida com a Águas do Tejo Atlântico, o **Sr. Sérgio Simões** deu nota que se refere a saneamento, pelo que este diferendo não tem a ver com a câmara municipal.

---- Também deu nota que os SMAS nunca apresentaram nenhuma relação de processos judiciais existentes, mas podem fazê-lo. -----

---- Esclareceu que na página 40 do anexo às demonstrações financeiras, existem previsões relativas a uma injunção colocada pela Água do Oeste, S.A referente a consumos mínimos de água, que não se refere à situação da Águas do Tejo Atlântico, S.A. -----

---- Os SMAS não têm qualquer dívida e como tal não está refletido nas contas. -----

---- Esclareceu ainda que a ação em tribunal é do município, uma vez que os SMAS não têm personalidade jurídica, mas referente a um assunto dos SMAS. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** deu conhecimento que os Vereadores do PSD do executivo pediram uma listagem dos processos que o município tinha em tribunal. Independentemente de existir gabinete jurídico nos SMAS e de haver acordo ou não, quem aciona é a câmara municipal e houve este lapso. -----

----- No que se refere às contas, interrogavam-se com o saldo positivo existente, uma vez que que ainda faltam 6 a 7% de saneamento, há algum investimento a ser feito para colmatar o nível de fugas e perdas, há diminuição de utentes da tarifa de família numerosa e aumento de utentes da tarifa social. -----

----- Disse que a razão de não se reverem nestas contas é gestão política das mesmas, pois poderia ter havido também baixas adicionais nas taxas de saneamento. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que os SMAS têm o seu gabinete jurídico, onde tramitou o processo. No entanto é um processo do município e quem o representa é o presidente da câmara. A listagem que foi solicitada referia-se a assuntos da câmara Municipal, no entanto podem disponibilizar a listagem referente aos assuntos dos SMAS. -----

----- O **Sr. Pedro Castelo** assinalou que dos esclarecimentos que a comissão permanente líderes ouviu do Sr. Sérgio Simões, reteve que tratou-se efetivamente de um ano muito positivo para os SMAS, com um lucro de €1.2000.000,00. -----

----- Existem também algumas preocupações, que têm que ser corrigidas no médio curto prazo tais como o aumento de 10,6% nas fugas de água, que totalizam cerca de 24%, o que considera uma percentagem muito elevada, num ano em que tiveram situações de seca. -----

----- Relativamente à cobertura de 93,7% de saneamento que chega às populações, espera que com o lucro que os SMAS têm, possa completar até 100%. -----

----- Considerou interessante o aumento dos números de utentes da tarifa social, que regista 1400 famílias em 2017, o que o leva a questionar se está tudo bem no país. -----

----- Teve de seguida a palavra o **Sr. Nelson Aniceto** dizendo que nas intervenções anteriores foi referido que os bons resultados apresentados, deviam traduzir a diminuição do custo da água e do saneamento, lembrando que em 2017 foi aprovado um novo tarifário para 2018 com a diminuição do custo da água e do saneamento e que terá reflexos nas contas que serão apreciadas em 2019.

----- Assim estes bons resultados estão reflectidos nesta opção política de baixar as tarifas, e face à evidência da documentação fornecida espera que estas contas sejam aprovadas por unanimidade. -----

----- Lembrou que os deputados municipais tiveram acesso à reunião de esclarecimentos com técnicos, que considera um passo qualitativo e significativo e importante para quem está a analisar e a votar e lamentou que algumas das questões que foram agora colocadas, podiam ter sido colocadas nessa reunião, onde poderiam ter uma resposta mais concisa, mas é uma forma de

fazer política. -----

---- A **Sra. Rita Sammer** fez notar que as reuniões da comissão permanente e as reuniões técnicas não substituem esta Assembleia Municipal. -----

---- Questionou a quem é que aparece atribuída a dívida da Águas do Tejo Atlântica -----

---- Ainda sobre a listagem fez notar que na resposta que foi dada ao PSD, são enviadas listagens dos processos judiciais em que o município é a entidade demandada, não diz que a Câmara é a entidade demandada. -----

---- Assim solicitou que o edil esclareça, e desde já registre que tudo o que o PSD vier a pedir refere-se à câmara, SMAS e Promotorres. -----

---- O **Sr. Sérgio Simões** reafirmou que na página 53 do anexo às demonstrações financeiras volume I, consta uma fatura que passa de um mês para o outro, mas que não é dívida. -----

---- Ao que lhe parece houve falta de comunicação e reafirmou que terão todo o gosto em enviar a listagem em causa.-----

---- Mais uma vez esclareceu que os SMAS desde 2015 que pagaram as faturas que a Tejo Atlântico enviou à ordem do tribunal enquanto se aguarda a decisão, e quando atingiu o valor da ação passaram a pagar diretamente à Tejo Atlântico. Não há dívida e não tinha que estar nas contas. -----

---- No tocante às perdas, disse que é uma preocupação e estão a trabalhar no sentido de reduzir.

---- No que respeita a chegar a 100% de cobertura de saneamento, disse que será muito difícil de alcançar, até porque existem zonas de difícil acesso. -----

---- Abordando a questão dos resultados versus tarifas informou que nos últimos três anos optaram por uma descida sustentável das tarifas para não terem surpresas. -----

---- A terminar as intervenções sobre este assunto o **Sr. Presidente da Câmara** solicitou que qualquer pedido dos deputados municipais deverá ser feito por escrito, ao qual receberão resposta na mesma forma, para evitar equívocos de linguagem. -----

---- A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea I), n.º 2.º, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por maioria de 27 votos a favor e 11 abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2017, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

---- **Declaração de Voto de Pedro Vaza:**-----

---- “Abstive-me no ponto 1 e 2 porque se refere a 2017.” -----

---- Anota-se que votaram a favor os membros do PS, do PCP e Pedro Germano. -----

**3 – PROPOSTA N.º 30/CM/2018 - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2018:** -----

---- Presente ofício número 3899, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril, a

remeter a 3.ª revisão em título para efeitos de aprovação de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 17/04/2018. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído era elucidativo e não necessitava de introdução.-----

----- O representante do TnL, **Sr. Daniel Ferreira**, fez notar que se tratava da 3.ª revisão em quatro meses o que lhe suscitava algumas dúvidas. -----

----- Assim queria perceber quais são os itens que estavam a ser reforçados por insuficiência de dotação, qual a razão, e se continuar insuficiente, o que fazer para evitar a situação. -----

----- Também disse que podiam aproveitar o saldo de gerência para reduzir a mais a dívida, utilizá-lo noutros projetos ou reduzir o passivo da câmara Municipal. -----

----- A **Sra. Rita Sammer** disse que também gostava de ser esclarecida quanto às rubricas mencionadas na intervenção anterior, e ainda a razão de os transportes escolares e os serviços de recolha e tratamento de resíduos precisarem de reforço nesta altura, já que pensa ser fácil prever estes valores. -----

----- O **Sr. Luis Carlos Lopes** considerou relevante e estranho o facto de os transportes escolares terem sido reforçados no dobro e o edil devia esclarecer. -----

----- O **Sr. Jacinto Leandro** disse que esta revisão não lhe deixa perplexidade, uma vez que as revisões anteriores foram buscar valores a estas rubricas e agora é necessário repor.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** fez notar que esta revisão diz respeito a reforçar rubricas com os saldos de gerência e não a ir buscar a outras rubricas. Quer os transportes escolares quer o tratamento dos resíduos estão a ser reforçados quase em dobro, o que provavelmente tem a ver com as faturas que estavam em conferência. -----

----- Acha que têm que perceber quais os mecanismos necessários para evitar terem sempre dívida a transitar para o exercício seguinte e não estarem sempre à espera do saldo de gerência para reforçar rubricas suborçamentadas, o que a leva a interrogar-se o que estão a fazer quando aprovam o orçamento. -----

----- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento do Município de Torres Vedras aprovado para 2018. -----

----- Anota-se que se abstiveram os membros do CDS-PP e do TnL.-----

**4 – PROPOSTA N.º 31/CM/2018 - 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

----- Presente ofício número 3899, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril, a

remeter a 1.ª revisão em título, para efeitos de aprovação de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 17/04/2018. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse trata-se de aplicar o saldo de gerência, tal como no ponto anterior. -----

---- O **Sr. Luís Carlos Lopes** assinalou que a situação é diferente da registada na revisão da câmara, dado que não se trata de suborçamentação mas de aplicar o saldo de gerência em investimento. -----

---- O **Sr. Daniel Ferreira** reportou-se ao reforço da rubrica “aquisição de prémios, condecorações e ofertas” para assinalar que não obstante o saneamento ter grande cobertura, interroga-se se faz sentido reforçar esta rubrica, quando há pessoas sem saneamento. -----

---- Devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa, o **Sr. Sérgio Simões** esclareceu que este prémio refere-se ao serviço pedagógico da água, no âmbito da poupança de água, e incluiu a aquisição de jarros, que já foram distribuídos às zonas balneares e irão ser distribuídos aos refeitórios do concelho e outras iniciativas alusivas à poupança da água. -----

---- Refere-se também a uma contrapartida para os alunos de uma turma multimédia da Escola Henriques Nogueira referente à realização de um filme promocional sobre os SMAS para incluir no site. -----

---- A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 2 abstenções, 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2018 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

---- Anota-se que se abstiveram os membros do CDS-PP. -----

---- Anota-se ainda que as votações referentes aos pontos 1,2,3 e 4 foram feitas no final desta sessão, e encontrava-se ausente António Moreira. -----

---- Chegada a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da ata dos pontos votados e suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 2 de maio pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos. -----

**AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 26 DE ABRIL DE 2018:** -----

---- Presidiu o Sr. José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário). -----

---- Estiveram presentes os seguintes membros: -----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro



das Neves, Vitor José dos Santos Fernandes, António Carlos Nunes Carneiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Rui José Prudêncio, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Maria Teresa Lopes de Oliveira, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João António Florindo Rodrigues, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Ana Paula Santos Mota, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Pedro Miguel Germano Bernardes, António Joaquim do Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalho Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Paulo Dinis Faustino Valentim, Daniel Filipe L. Andrade Ferreira e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

----- O membro Pedro Jorge da Vasa Santos não assinou o livro de presenças por não cumprir a hora regimental para o efeito e faltou o membro Natalina Maria Martins Luis. -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luis Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro e Cláudia Sofia Horta Ferreira.-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa** deu início à reunião, informando que em substituição de Maria Manuel Pacheco estava presente Artur Alexandre dos Santos Narciso. -----

**VOTO DE CONGRATULAÇÕES: RENATA SIMÕES:**-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, dirigir à deputada municipal em título os melhores votos de felicitações pela recente maternidade, extensivos à filha Beatriz e restante família. -----

**5 – PROPOSTA N.º 18/AM/2018 – Apreciação e votação de votos, moções e recomendações:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que de acordo com o regimento tinham sido entregues duas moções que se transcrevem, remetidas pelo Grupo Municipal do PSD: -----

**MOÇÃO /VOTO DE CONGRATULAÇÃO – PORTUGAL 2020 E SUA REPROGRAMAÇÃO:**-----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 26 de Abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º 1502/XIII/3.<sup>a</sup> da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação. ---

----- Com a aprovação da referida Resolução parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao Governo:-----

----- 1 — Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de

convergência) para os Programas Operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se relevando o mérito dos Projetos; -----

----- 2 — Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objeto de reprogramação sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos. -----

----- 3 — Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objeto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside á sua aplicação.-----

----- A presente moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.-----

----- Torres Vedras, 24 de Abril de 2018. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. -----

**MOÇÃO – “OESTE, TÃO PERTO E TÃO LONGE”:** -----

----- “A região Oeste do Distrito de Lisboa, é composta pelos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Todos estes concelhos são referências ao nível do ensino básico e secundário, concelhos que visam preparar os seus jovens para um mercado de trabalho competitivo, bem como procura preparar os jovens para o ensino universitário.-----

----- Contudo, para que os jovens oestinos tenham a oportunidade de prosseguir os seus estudos superiores, têm de o fazer, maioritariamente, em instituições de ensino superior fora da sua região, principalmente em Lisboa por uma questão de proximidade geográfica, ou noutros pontos do país, não existindo oferta de ensino superior em toda a região.-----

----- Além disso, depois de completarem a sua formação superior, o grande entrave é a falta de oferta de emprego qualificado na região, sendo essa a grande falha para a consolidação do Oeste. Esta região não tem capacidade de oferecer aos seus jovens emprego qualificado, nem de atrair investimento privado que potencie a criação do referido emprego qualificado.-----

----- Um cenário comum a praticamente todos os concelhos que compõem a região é o facto de os maiores empregadores desses serem, precisamente, as Câmaras Municipais, os Centros Escolares, e as Misericórdias. Nestas diversas áreas de atuação, apenas é criado emprego na área dos Serviços, com âmbitos de atuação muito específicos, isto é, não estamos perante investimento capaz de proporcionar dinamismo aos municípios onde se encontram, nem, na sua

grande maioria, se trata de emprego qualificado para quem termina o ensino superior.-----

---- Não é, portanto, uma situação aceitável que a maioria da oferta de emprego em concelhos que estão a 30/40 minutos da capital se resuma a estas áreas. Assim, os concelhos que compõem o norte do Distrito de Lisboa são, em matéria de empregabilidade e oportunidades para os seus jovens, um autêntico deserto. -----

---- O ideal de qualquer região é crescer, oferecendo às suas populações as melhores condições para que possam viver com qualidade de vida. O Oeste é uma das regiões que oferece melhores condições de estabilidade para as populações e, estando perto da capital, oferece proximidade e, ao mesmo tempo, tranquilidade. -----

---- Para quem escolhe o Oeste para investir, além destas características, existem condições únicas, seja de localização ou acessibilidades, para que seja possível o estabelecimento de novas empresas na região. -----

---- O Pólo Universitário do Oeste -----

---- Uma das grandes bandeiras da JSD sempre foi a educação, principalmente a luta pela igualdade no acesso à mesma, bem como a defesa dos direitos dos jovens que frequentam o ensino superior. Desta forma, consideramos que ao longo do tempo muito foi feito, porém, muito pode e deve ainda ser feito por uma maior igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. -----

---- A JSD Distrital Lisboa – Área Oeste considera a instalação de um Pólo Universitário nesta região uma chave que abrirá as portas do Oeste aos jovens. Numa época em que se começa a discutir a descentralização, a deslocalização de serviços e a consolidação territorial, esta medida iria contribuir significativamente para que os jovens da região tivessem uma maior igualdade de acesso ao ensino superior, e, sobretudo, considerando que as Universidades são os verdadeiros centros de inovação, permitir a instalação ou a criação de empresas na região que, por sua vez, gerassem emprego qualificado em estreita relação com o Pólo Universitário.-----

---- Desta forma, consideramos que a oferta de ensino superior iria contribuir (como aconteceu com vários casos de sucesso em Portugal), para contrariar os efeitos negativos da falta de emprego, e, assim, contrariar a decadência demográfica e económica da região. Permitiria, ainda, uma maior consolidação do território, para que, finalmente, deixemos de estar perante um distrito a duas velocidades: os concelhos que compõem a área metropolitana de Lisboa e os concelhos a Norte dessa mesma área metropolitana. -----

---- As oportunidades perdidas -----

---- A ideia de criar um verdadeiro Pólo Universitário na Região Oeste, mais propriamente em Torres Vedras não é nova, nem sequer é uma ideia recente. Nas últimas três décadas, várias instituições de ensino superior manifestaram interesse em fixar Polos Universitários em Torres

Vedras, tendo sempre encontrado entraves burocráticos, ou simplesmente desinteresse. -----

---- Contudo, o progresso tem vindo a chegar lentamente. A Câmara Municipal de Torres Vedras assinou um acordo com o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), levando à criação do chamado “LabCenter”. Este projeto pretende dar apoio ao conhecimento, ao desenvolvimento tecnológico e académico, no entanto, estamos em crer que é manifestamente insuficiente.-----

---- Este projeto não é um Polo Universitário onde os estudantes possam ter aulas, atraindo os mesmos para a nossa região, mas sim uma espécie de apoio a quem faz trabalho científico, não atraindo jovens para se fixar no Oeste. -----

---- Chamamos a atenção para um outro exemplo, que poderia ser de sucesso, isto se as entidades competentes tivessem interesse. O IPL (Instituto Politécnico de Leiria) assinou uma parceria com a Câmara Municipal de Torres Vedras, acordo esse que resultou na construção de um “bairro académico”. -----

---- O projeto parece bastante atrativo, no entanto, acabamos por perceber que os benefícios não terão um forte impacto em termos da fixação e da atração de população jovem, muito menos na criação de emprego na região.-----

---- O bairro académico consiste num projeto que visa transformar o centro histórico de Torres Vedras num bairro para universitários, dando-lhes residências, espaços de lazer, bem como espaços onde decorrerão algumas aulas. -----

---- Contudo, e uma vez que os cursos disponibilizados abrirão apenas 20 vagas, o projeto está manifestamente desenquadrado com aquilo que seria o desejado. Não há vontade para que este seja um projeto-âncora para o concelho de Torres Vedras. Os concelhos da região nunca mostraram interesse por um projeto semelhante ou de outra escala.-----

---- Antes do surgimento do IPL e do ISCTE, existia já, no Oeste, nomeadamente em Torres Vedras, um Pólo da Universidade Autónoma (atual Unover). Contudo, esta solução ficava um pouco aquém dos objetivos que se pretendem, pois, sendo uma iniciativa privada, levaria a que muitos jovens oestinos não tivessem possibilidades para a frequentar. Além disso, apenas disponibilizava cursos ligados à área da conservação e do restauro, que, com todo o mérito e sendo uma formação necessária e aplicável a uma região com grande património cultural, não deixava de ser direcionado para uma população muito específica.-----

---- No entanto, esta tentativa não resultou em algo duradouro como era desejável, tendo encerrado em 2014. -----

---- Somos levados a acreditar que não existe, por parte dos municípios do Oeste, uma verdadeira vontade de criar condições para que exista ensino superior na região. Não existe ambição para ser mais do que um dormitório rural, relativamente perto de Lisboa, nem existe ambição, mais uma vez, de Torres Vedras e dos restantes concelhos, que os jovens façam a sua vida no Oeste, nos

seus concelhos de origem, nem de contrariar o deserto de oportunidades em que se tornou o Oeste para os jovens. -----

----- Não existe vontade por parte dos poderes políticos instalados de ver nos seus concelhos o aparecimento de uma vida comunitária diferente da atual cadência diária entre Lisboa e a residência, quer para quem estuda na capital, quer para quem continua a residir na região, mas que só encontra emprego compatível com a sua formação em Lisboa. -----

----- As vantagens da disponibilização no Oeste de Ensino Superior são diversas e vastas: -----

----- Para os jovens, a oportunidade de prosseguir a sua formação superior na sua região, sem grandes sobressaltos, nem mudanças repentinas na sua vida; -----

----- Diminuir o esforço financeiro das famílias de financiar a formação superior dos alunos (muitas vezes, este é o limite impeditivo de muitos jovens para continuar a sua formação); -----

----- Eliminar os custos inerentes à deslocalização dos jovens para Lisboa - as elevadas rendas de Lisboa e os transportes; -----

----- Diminuir, de igual forma, as horas perdidas no trânsito nos movimentos pendulares diários que os jovens realizam, muitas delas fruto de um serviço de transportes públicos deficitário e ultrapassado. -----

----- A existência de um verdadeiro Pólo Universitário do Oeste, mais propriamente em Torres Vedras, permitiria que o mesmo se tornasse no centro convergente da Região, através da sua capacidade de dinamização social, permitindo que os jovens pudessem prosseguir os seus estudos superiores na sua região, continuando a levar uma vida ativa nas suas comunidades. -----

----- Por outro lado, esta aposta levaria a um impacto económico extremamente positivo, desde o impacto direto que poderia ter na cidade em que fosse instalada, mais propriamente Torres Vedras - com a revitalização da cidade, do comércio local, e da própria vida cultural - mas também pela oportunidade de criação de uma rede empresarial completamente diferente da existente, em estreita colaboração com o Pólo Universitário, aproveitando e rentabilizando instalações e equipamentos já existentes (desde as vias de acesso a parques industriais, edifícios públicos desocupados e degradados (Hospital do Barro, entre outros). -----

----- Mas sobretudo, pela oferta de emprego qualificado que a criação dessa mesma rede poderia potenciar e a capacidade de oferecer aos jovens do Oeste a oportunidade de viver na sua terra de forma plena. -----

----- Por tudo isto, defendemos que este é o projeto que pode mudar para sempre o Oeste! Várias cidades e regiões do país conseguiram combater com sucesso a falta de oportunidades quando apostaram em disponibilizar nessas mesmas cidades e regiões Ensino Superior de qualidade aos seus jovens, como já supra mencionado. Já passaram três décadas de oportunidades perdidas e, sobretudo, vários interessados em instalar um Pólo Universitário no Oeste, em Torres Vedras, não

é, portanto, uma ideia sem fundamento ou irrealizável, falta sim vontade em concretizar, em mudar, em fazer crescer – falta ambição política!-----

----- O Grupo Municipal do PSD,-----

----- 24 de abril de 2018.”-----

----- Após a apresentação do documento e alguns deputados municipais se terem pronunciado sobre o mesmo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, retirar a moção, e vir a criar uma comissão para analisar este assunto, cuja proposta deverá ser apresentada na próxima sessão.-----

#### **6 – PROPOSTA N.º 19/AM/2018 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**-----

----- Presente informação referente à atividade do município de 16 de fevereiro, a 18 de abril de 2018 a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 18.04.18 é de € 1.151.537,75 e o saldo de tesouraria € 3.360.62201.-----

----- O **Sr. Rui Prudêncio** questionou se existe algum desenvolvimento sobre as questões de saúde que preocupam o concelho de Torres Vedras.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques**, congratulou-se com a anunciada candidatura de Torres Vedras à capital europeia da cultura em 2027, no entanto gostaria de ver mais investimento na área da cultura.-----

----- Questionou qual o móbil da candidatura, que devia já ser amplamente conhecida. Saúdam a candidatura assegurando que podem contar com o PSD para o seu sucesso.-----

----- No seu entender o turismo e a cultura devem andar de mãos dadas e esta candidatura deve ser vista de um modo mais global para que seja vencedora e sustentável.-----

----- Assinalou que faltam 9 anos para serem capital europeia da cultura e se calhar era altura de unanimemente ser criado o Conselho Municipal de Cultura, até para sustentar melhor esta candidatura.-----

----- A **Sra. Marta Gerales** disse que a autarquia tem iniciativas que vão de encontro aos jovens, sendo o Jogo do Município uma delas, que tem sucesso.-----

----- Sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia levarem a Assembleia Municipal às escolas, simulando uma sessão.-----

----- Lembrou que o edil anda há dois anos a prometer o orçamento participativo jovem o que também será uma boa iniciativa, questionando quando será concretizada esta intenção.-----

----- A **Sra. Rita Sammer** retomou a discussão, da sessão anterior, sobre os centros educativos para dar nota que esteve numa iniciativa, em Loures para discutir que escolas querem para o

futuro, tendo a principal preocupação da vereadora deste município sido definir o edificado que vão construir e sua organização.-----

----- Assim, acha que o município ainda vai a tempo de perceber que estão a tomar decisões a 20 anos de tal modo que, quando acabarem de pagar os empréstimos, os alunos estarão na faculdade. -----

----- Lembrou que há uma comissão restrita da Comissão Municipal de Educação que pode ter um papel importante na definição de eixos estratégicos e que pode ser consultada nesta matéria com o qual todos teriam a ganhar já que a educação deve reunir consensos.-----

----- De seguida reportou-se ao discurso do edil na sessão solene do 25 de abril em que se referiu às freguesias de Carvoeira e Dois Portos como de baixa densidade. Pensa que há eufemismos que chocam porque desresponsabilizam. Estas freguesias para além da baixa densidade também têm baixa qualidade de vida, acesso deficiente à saúde, acessos difíceis e fraca qualidade de habitabilidade, inexistência frequente de serviços e comércio essenciais, pelo que este eufemismo é extremamente ofensivo.-----

----- Ainda na sequência do discurso proferido nas comemorações do 25 de abril, em que o edil referiu-se ao Centro Interpretativo da Revista, questionou se é o Museu do Teatro, mencionado no programa eleitoral do PS. -----

----- Relativamente ao aumento de investimento na rede viária, fez notar que considera que um milhão é mais ou menos o que se costuma gastar nos últimos anos pelo que os 3 milhões de euros anunciados é publicidade enganosa. Gostaria de saber como apuraram este valor, qual o critério adotado e qual o aumento.-----

----- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos: -----

----- O **Edil** começou por referir que hoje reuniu com o Sr. Ministro da Saúde, onde foram dados mais alguns passos positivos, sendo um deles o facto de o ministro ter dado indicações à ARSLVT de ser estudada, junto da Santa Casa da Misericórdia, a possibilidade de utilizar o espaço do antigo Hospital José Maria Antunes para unidade de cuidados continuados e paliativos,. -----

----- No que se refere aos médicos de família, foi manifestada a disponibilidade do ministro para, em parceria com a Misericórdia, avançar provisoriamente até estabilizar os quadros médicos na área do ACES Sul, que pensa ser no prazo de dois anos.-----

----- Deu nota ainda de que o processo de remodelação das urgências do Hospital de Torres Vedras foi validado pela tutela, e apesar de demorar o seu tempo administrativo, o investimento está programado e a ser desenvolvido.-----

----- No que se refere à candidatura à Capital Europeia da Cultura informou que é do Oeste, pelo que englobará os 12 municípios. Tem que ser feita até 2021 mas está em fase embrionária. -----

----- Em resposta à deputada municipal Marta Geraldês, esclareceu que estão a trabalhar no sentido de terem orçamento participativo jovem em 2019. -----

----- No tocante aos centros educativos assegurou que é um processo que tem sido objeto de diálogo permanente com entidades desta área, que também englobou o Conselho Municipal de Educação, dos quais receberam um conjunto de contributos num processo evolutivo. -----

----- Assegurou ainda que os projetos para os novos centros educativos são muito diferentes dos que se construíram há 10 anos atrás, fruto de uma visão global e estruturante gizada no futuro, e julga que com os mesmos irão de encontro à escola do futuro, nas suas variadas dimensões. No entanto estão abertos a contributos que sejam feitos. -----

----- Relativamente ao centro interpretativo do teatro das Carreiras, informou que a palavra museu tem uma componente forte e dificilmente conseguirão chegar a este modelo, e atenta a tipologia da antiga escola primária das Carreiras, centro interpretativo é o que se adapta melhor ao espaço. Estão a analisar a questão da nomenclatura e adaptar em função da tipologia. -----

----- O mais importante será poderem ter um espaço que dignifique o espólio da Associação Dramática das Carreiras, com um projeto educativo associado. -----

----- Quanto à questão sobre o investimento na rede viária esclareceu que em função da disponibilidade financeira, a autarquia têm despendido na requalificação cerca de 500/600 mil euros/ano, mas têm consciência das necessidades existentes no concelho e fizeram um trabalho apurado estabelecendo prioridades e um cronograma, que agora vão por em prática. -----

----- Assim vão gerir os 3 milhões de que dispõe, ao que acrescentam € 700.000,00 alocados à Variante de A-dos-Cunhados, até 2021. -----

----- Consideram que é uma prioridade investir na rede viária mas lembrou que conseguiram esta verba para investir nesta área, tendo em conta que têm que alocar a percentagem que cabe à autarquia nas obras comparticipados com os fundos comunitários. -----

----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse não estar tranquilizado com as respostas que o Sr. Presidente da Câmara recebeu do Sr. Ministro da Saúde e o edil também não devia ficar descansado até porque passaram 3 meses desde que pediu a reunião até que fosse recebido. -----

----- Quem manda é o Ministro das Finanças mas não sabe qual o ministério que manda no Hospital do Barro. Acha bem o voluntarismo habitual do presidente da câmara, mas também não será a Misericórdia que irá resolver um problema que é integrado, mas que essencialmente depende do Ministério da Saúde. -----

----- O **Sr. Daniel Ferreira** fez notar que no último ano, a área da mobilidade na cidade de Torres Vedras, foi pouco cuidada. É certo que foram feitas algumas alterações, desde logo com o encerramento de trânsito no largo de S. Pedro e alteração nas Linhas do TUT, mas a autarquia devia ir mais longe pois estas parecem medidas avulsas e permanecem questões mais



abrangentes e mais urgentes, algumas delas, como munícipe já alertou a assembleia. -----  
---- Deu como exemplo a Rua Ricardo Belo onde considera vergonhoso ter uma via com quatro faixas de rodagem mas os veículos precisam de uma 5.ª faixa para estacionamento. -----  
---- Questionou se estas alterações que referiu, estão integradas num plano global e mais abrangente de mobilidade para a cidade e qual o resultado de todas as atividades em que a autarquia participou e organizou nesta vertente -----  
---- Por último questionou se os problemas estão identificados e se já há planeamento para os resolver. -----  
---- O Presidente da Mesa, **Sr. José Augusto de Carvalho**, pediu que o presidente da câmara confirmasse que o ministro da saúde deu luz verde para a figura médico/empresa ser substituída pelo médico/misericórdia e se assim for têm que se regozijar, enquanto pela via concursal não vierem a ser satisfeitas as carências. -----  
---- Começando por responder ao deputado municipal Daniel Ferreira o **Sr. Presidente da Câmara** informou que têm vários programas na área da Mobilidade, que fazem parte de um processo contínuo de atualização, evolução e fiscalização. -----  
---- Mais informou que projeto de alteração do regulamento de estacionamento, cargas e descargas e remoção de veículos abandonados do município de Torres Vedras foi alterado, vai estar em discussão pública e depois virá ao órgão deliberativo. -----  
---- Agradece todos os contributos que possam ser dados, no entanto, no caso que o deputado citou, a vertente de civismo tem que ser tida em conta. -----  
---- Quanto à intervenção do Presidente da Assembleia, confirmou que se trata de dar luz verde à ARSLVT, e através do ACES Sul encontrar solução provisória com a Santa Casa da Misericórdia, para 10 mil torrienses que não têm médico de família. -----  
---- A **Sra. Rita Sammer** questionou qual a previsão temporal para as obras das urgências do hospital de Torres Vedras. -----  
---- O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, a correr bem, será no 1.º trimestre de 2019.  
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**7 – DESIGNAÇÃO DE JÚRIS:** -----  
**7.1 - PROPOSTA N.º 21/CM/2018 - PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:** -----

---- Presente ofício número 3053, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a propor a constituição de júri para o procedimento em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 20 de março último. -----  
---- O Sr. Presidente da Mesa disse que, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de

12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir: -----  
----- A Assembleia Municipal, fazendo uso da sua competência prevista no art.º 13.º, da Lei n.º 49.º de 29/08, na sua atual redação deliberou por maioria de 35 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a proposta e nesse sentido que o júri fique assim constituído: -----  
----- Presidente – Jorge Augusto Reis Martins, Diretor de Departamento, e-----  
----- Vogais – Joana Cecílio Barradas, Chefe de Divisão e Maria Inês Oliveira Lopes Pina, Técnica Superior.-----

**7.2 - PROPOSTA N.º 22/CM/2018 - PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFES DE DIVISÃO, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:**-----

----- Presente ofício número 3054 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março último a informar que o Executivo em 20/03/2018 deliberou propor à Assembleia Municipal, a designação de júris dos procedimentos concursais em epígrafe, de acordo com a proposta do Conselho de Administração dos SMAS de 30/01/2018, através da qual deliberou proceder à abertura de procedimentos concursais para recrutamento para os cargos de direção intermédia de 2.º Grau que se passam a identificar: 1 Chefe de Divisão Administrativa;1 Chefe de Divisão de Construção e Manutenção de Infraestruturas e 1 Chefe de Divisão de Projetos, Cadastro e Desenvolvimento. -

----- O Sr. Presidente da Mesa disse que, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de 12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir: -----

----- A Assembleia Municipal, fazendo uso da sua competência prevista no art.º 13.º, da Lei n.º 49.º de 29/08, na sua atual redação deliberou por maioria de 35 votos a favor e 3 abtenções, aprovar a designação do júri nos seguintes termos:-----

----- Divisão Administrativa:-----  
----- Presidente - Sérgio Simões, Assessor na Área de Gestão, Direção e Administração dos SMAS.-----

----- Vogais: Cláudia Ferreira, Chefe da Divisão Financeira e Património dos SMAS e Joana Barradas, Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----- Divisão de Construção e Manutenção de Infraestruturas:-----  
----- Presidente - Sérgio Simões, Assessor na Área de Gestão, Direção e Administração dos SMAS.-----

----- Vogais: Pascoal de Almeida, Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento dos SMAS elsabel Policarpo, Chefe da Divisão Infraestruturas e Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----- Divisão de Projetos, Cadastro e Desenvolvimento:-----  
----- Presidente - Sérgio Simões, Assessor na Área de Gestão, Direção e Administração dos SMAS

Vogais:-----

----- Pascoal de Almeida, Chefe da Divisão de Exploração de Água e Saneamento dos SMAS e Jorge Martins, Diretor do Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

**8 - PROPOSTA N.º 24/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E MUSEU DO BRINQUEDO DE TORRES VEDRAS:**-----

----- Presente ofício número 3062, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 22 de março último, a remeter de conformidade com o deliberado pelo Executivo, em sua reunião de 20/03/2018, o processo em título, para a devida autorização do órgão deliberativo.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que em função do que têm vindo a desenvolver nesta matéria é necessário obter a autorização em título, para instalar os equipamentos no topo norte da Igreja de Santiago.-----

----- A **Sra. Marta Geraldês** disse que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente, mas vai apresentar uma declaração de voto porque não são favoráveis à inclusão do Museu do Brinquedo no projecto devido à sua fraca adesão.-----

----- Defendem a construção da biblioteca, assim como já tinham aprovado a aquisição dos terrenos onde será instalada, mas podiam incluir no projeto áreas com mais utilidade para os jovens do concelho do que o Museu dos Brinquedos.-----

----- O **Sr. Pedro Castelo** lembrou que o CDS-PP sempre teve uma posição muito própria sobre a execução de uma nova biblioteca em Torres Vedras e também em relação ao Museu do Brinquedo a qual se prendeu com a decisão do anterior presidente da câmara em investir num espólio de um privado, mantendo a coleção em Torres Vedras e criar um Museu do Brinquedo.-----

----- Lembrou ainda que na última sessão foi dado a conhecer o número de utilizadores do Atelier do Brinquedo e não pondo em causa a criação do museu, lamentou que a cidade de Torres Vedras vá perder dois espaços de estacionamento, tais como os localizados no antigo Sporting de Torres e no Parque de Santiago.-----

----- Não sabe se a Câmara Municipal fez estudos para prever os efeitos nefastos que terá no comércio de Torres Vedras e se apurou o número de lugares que vão ser perdidos, já que os que serão construídos não serão os mesmos.-----

----- Também não sabe se irá trazer a médio prazo benefícios para o concelho de Torres Vedras, pois ainda têm que contabilizar a renda que estão a pagar pelas instalações da Biblioteca provisória.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** informou que agora têm 110 lugares à superfície no Parque de Santiago e estão previstos 2 parques de estacionamento subterrâneos com cerca de 85 a 90

lugares. -----

----- Salientou que a Biblioteca Municipal é um dos equipamentos mais utilizados, e a nova irá trazer mais atratividade, que o Museu dos Brinquedos irá complementar. Pretendem ter uma receção única num projeto com uma correlação entre o livro e o brinquedo, relevante e importante para o centro histórico.-----

----- Disse ainda que a instalação da biblioteca provisória neste local, foi uma experiência muito positiva. Agora cabe às equipas dinamizarem os projetos e espera encontrar financiamento para o mesmo no novo ciclo de fundos comunitários para que esta obra possa ser erigida.-----

----- O **Sr. Nuno Henriques** lembrou que já existe um “Museu do Brinquedo” e em termos de marca registada esta denominação não é possível.-----

----- O **Sr. Vítor Fernandes** disse que se podia ter esperado mais um pouco. O PSD é a favor da biblioteca, mas não de se ter gasto dinheiro dos contribuintes para remodelar o edifício provisório e nas rendas, para pouco tempo depois se fazer uma nova biblioteca.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista no Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, e na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, na alínea c), do n.º 1, do art.º 22.º, deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 3 abstenções, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos - Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto da Biblioteca Municipal e Museu do Brinquedo de Torres Vedras prevendo-se os seguintes valores por ano:-----

----- Ano 2018: € 84.000,00, acrescido de IVA, o que perfaz € 103.320,00;-----

----- Ano 2019: € 204.000,00, acrescido de IVA, o que perfaz € 250.920,00;e-----

----- Ano 2020: € 32.000,00, acrescido de IVA, o que perfaz € 39.360,00.-----

----- Anota-se que se abstiveram os membros do CDS-PP e no TnL.-----

**Declaração de voto do PSD:** -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Social Democrata no seguimento do seu voto favorável ao Ponto pretende proferir os seguintes comentários por escrito e que constem da ata a lavrar da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Torres Vedras: -----

----- Votámos favoravelmente no passado mandato a aquisição do terreno em causa para a construção do edifício definitivo da Biblioteca Municipal de Torres Vedras;-----

----- Fomos a favor à melhoria das instalações da atual Biblioteca Municipal de Torres Vedras, por forma a proporcionar às centenas de utilizadores um serviço com melhores condições para os diferentes tipos de idades e necessidades;-----

----- Ressalvamos na altura o elevado investimento que estava a ser realizado assim como a elevada renda que ainda hoje é paga mensalmente pelo edifício onde a mesma está instalada. ----

----- O que está em causa neste momento é a elaboração do projeto de arquitetura, que pelos

financiamentos celebrados para a construção dos Centros Escolares, não é expectável que a obra se realize a curto prazo; -----

----- Colocamos em causa a pertinência da inclusão do Museu do Brinquedo no projeto em causa;

----- O Museu do Brinquedo apresenta segundo os dados do último ano uma adesão fraca, com uma média de 20 visitantes diários, com uma afetação de dois funcionários para que o mesmo esteja aberto ao público de segunda a sábado; -----

----- Não é nova a posição do Partido Social Democrata, visto que no passado fomos contra a aquisição da coleção de brinquedos que custou aos cofres do município cento e vinte mil euros; ---

----- O Museu do Brinquedo possui um edifício recente, propriedade do município, num local nobre da cidade, o Parque Verde do Choupal; -----

----- O mesmo necessita de atividades, divulgação e promoção do mesmo, no um edifício novo; -----

----- Assim, e face ao exposto, o Grupo Municipal do PSD desafia a Câmara Municipal de Torres Vedras a abandonar a ideia de integrar o Museu do Brinquedo no projeto de arquitetura para a Biblioteca Municipal de Torres Vedras, poupando centenas de milhares de euros aos cofres municipais, o mesmo é dizer aos impostos e taxas pagas pelos Torrienses. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata -----

----- 26 de abril de 2018” -----

**9 - PROPOSTA N.º 26/CM/2018 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO SITA EM CAIXEIROS, FREGUESIA DE SILVEIRA:** -----

----- Presente ofício n.º 3063, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 22 de março, a remeter em conformidade com o deliberado na reunião do Executivo de 20/03/2018, o processo em título, para efeitos de autorização relativamente à desafetação da parcela de terreno, sita em Caixeiros, Freguesia de Silveira, destinado a área de equipamento, com 380,50m<sup>2</sup>, integrado no loteamento com o Alvará n.º 1/2008, registado sob a ficha n.º 6404, da Freguesia de Silveira como cedência ao domínio público, à qual foi atribuído o valor de € 30.440,00, e que se destina a ser integrada no domínio privado desta Autarquia, para doar à Junta de Freguesia da Silveira, destinada à construção da Casa do Pão – Apoio ao Moinho dos Caixeiros. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma apresentação do assunto, mas não se registaram intervenções por parte dos deputados municipais. -----

----- Atenta a competência da Assembleia Municipal prevista na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade desafetar a parcela de terreno, sita em Caixeiros, Freguesia de Silveira, destinada a área de equipamento, com 380,50m<sup>2</sup>, integrada no loteamento com o Alvará n.º 1/2008, registada sob a ficha n.º 6404, da Freguesia de Silveira como cedência ao domínio público, à qual foi atribuído o valor de €

30.440,00, e que se destina a ser integrada no domínio privado desta Autarquia, para doar à Junta de Freguesia da Silveira, destinada à construção da Casa do Pão – Apoio ao Moinho dos Caixeiros.-----

**10 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS AO ABRIGO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** -----

**10.1 - PROPOSTA N.º 15/AM/2018 - AFETAÇÃO DE BENS AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (CM DE 06/03/2018 E 17/04/2018):** -----

----- Presente ofício número 2696, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de março último a informar que na sua reunião de 06/03/2018, deliberou aceitar a cedência das seguintes parcelas de terreno: -----

----- Processo CD/17/2017 – Requerimento n.º CD/9224/2017 – Maximino Nascimento Alves, 2 parcelas de terreno situadas na localidade de Carregueira, Freguesia de Ventosa, com a área total de 159,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob os artigos 3830 e 5018 da citada freguesia, destinados ao domínio público (alargamento da via pública), e às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo o total de € 795,00, distribuídas do seguinte modo:-----

----- Parcela 1 com a área de 38,00m<sup>2</sup>, a retirar do artigo 5018 da Freguesia de Ventosa; e -----

----- Parcela 2 com a área de 121,00m<sup>2</sup>, a retirar do artigo 3830 da Freguesia de Ventosa. -----

----- Nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima passa a ser de € 800,00 e;-----

----- Ofício número 3900, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de abril a informar que na sua reunião de 17/04/2018, deliberou aceitar a cedência das seguintes parcelas de terreno:-----

----- 1 – Processo CD/1/2018 – Requerimento n.º CD/1857/2018 – Rosa Maria Figueiras Gomes Paulino - parcela de terreno, situada em Casal Moinho do Frade, Bordinheira, Freguesia de Ventosa, com a área de 280,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3954, da mesma Freguesia, e participado na respetiva matriz predial rústica sob o art.º 4936, da Freguesia de Ventosa, destinada ao alargamento da via pública (Rua do Alecrim), e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 1.400,00.-----

----- 2 – Processo D4/14/2018 – Requerimento n.º D4/2031/2018 – João Pedro das Neves dos Santos - parcela de terreno, em São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 201,15m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e participado na respetiva matriz predial, sob o n.º 4252, da mesma freguesia, destinada ao alargamento da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 1.005,75. -----

----- Nos termos do ponto 2 do artigo 38º do CIMI, o valor patrimonial do prédio deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 1.010,00. -----

----- 3 – Processo D4/8/2018 – Requerimento n.º D4/1674/2018 – Maria de Lurdes Cosme Ângelo Sarreira - parcela de terreno situada na Travessa dos Anjos, em Sobreiro Curvo, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 92,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e participado na respetiva matriz predial, sob o n.º 2011, da mesma freguesia, destinada ao domínio público, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 600,00. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**10.2 - PROPOSTA N.º 16/AM/2018 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:**-----

----- Presente ofício número 2693, da câmara municipal de 9 de março, a remeter para conhecimento a lista em título, que se considera integralmente reproduzida, referente a contratos abertos após 24/11/2017 e autorizados no âmbito da competência delegada pela assembleia municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**11 – PROPOSTA N.º 32/CM/2018 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA CORREÇÃO MATERIAL AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE TORRES VEDRAS:**-----

----- Presente ofício número 3898, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a informar que em sua reunião de 17/04/2018 tendo por base a informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, de 09/04/2018 deliberou aprovar as alterações introduzidas no âmbito e no alcance da correção material aprovada em 03/10/2017, conforme solução técnica constante do memorando que acompanha a citada informação e dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se tratava de reajustar o plano em causa. -----

-----A **Sra. Rita Sammer** questionou sobre as duas situações remanescentes, sobre as quais a CCDRLVT considerou que configuravam alterações convencionais para perceber quais os passos seguintes. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que esta correção material se cinge à situação 1 relativa à ampliação do edifício escolar jardim Escola João de Deus que, será comunicada à CCDRLVT e posteriormente será publicada em Diário da República. As duas situações remanescentes estão sujeitas ao regime geral das alterações aos planos municipais e seguem os procedimentos previstos na lei. -----

-----Em cumprimento do n.º 3, do art.º 122.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão

Territorial (RJIT), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2015, de 14/05, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**12 - PROPOSTA N.º 33/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS “EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA O MUSEU JOAQUIM AGOSTINHO:**

-----Presente ofício número 3896, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 18 de abril, a informar que em sua reunião de 17/04/2018, deliberou aprovar a abertura do procedimento de concurso público, para a empreitada em título, cujo valor base será de € 580.000,00 (+IVA). Considerando o tempo necessário para tramitação do concurso, o prazo previsto para a sua execução (294 dias), e estando o seu início previsto para novembro de 2018, estimam a seguinte repartição de encargos: 2018 - € 116.000,00 (+IVA) e 2019 - € 464.000,00 (+IVA).-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que se trata de seguir os trâmites legais e autorizar a repartição de encargos.-----

-----Tendo presente a competência prevista no art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos para a “Empreitada para Reabilitação de Edifício para o Museu Joaquim Agostinho”, com a seguinte previsão de encargos: 2018 - € 116.000,00 (+IVA) e 2019 - € 464.000,00 (+IVA).-----

**13 - PROPOSTA N.º 27/CM/2018 – NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:-**

-----Presente ofício número 3564, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6 de abril, a remeter a proposta em título, para efeitos de aprovação.-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa** disse que, em cumprimento do n.º 3, do art.º 55.º, da Lei 75/2013 de 12/09, a votação seria feita por escrutínio secreto, dando nota da metodologia a seguir:-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção aprovar a seguinte proposta de composição do Conselho Municipal de Educação:-----

-----De acordo com o n.º 1, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01, na sua atual redação:

----- a) Presidente da Câmara Municipal - Carlos Manuel Antunes Bernardes; -----

----- b) Presidente da Assembleia Municipal – José Augusto Carvalho; -----

----- c) Vereadora da Educação - Laura Maria Jesus Rodrigues, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos; -----

----- d) Presidente de Junta de Freguesia eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho – Carlos Alberto Alves Gomes (Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira);-----

----- e) Em representação do diretor regional de educação com competências na área do município - Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa;-----

----- f) Os diretores de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município – Maria Conceição Monteiro Milheiro (Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira), Rita João de



Maya Gomes Sammer (Agrupamento de Escolas Madeira Torres), Elisabete Maria Galvão Jerónimo (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias), Vítor Manuel Teodoro dos Santos (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo). -----

----- De acordo com o n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01, na sua atual redação:

----- a) Representante das Instituições de Ensino Superior Público – Roberto Gamboa (Instituto Politécnico de Leiria); -----

----- b) Representante das Instituições de ensino Superior Privado - Casimiro Ramos (Instituto Superior Politécnico do Oeste);-----

----- c) Representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público – Cristina Isabel Almeida Santos (Agrupamento de Escolas de Madeira Torres) e em sua substituição Teresa Oliveira Fernandes Lopes Nunes (Agrupamento de Escolas de Henriques Nogueira); -----

----- d) Representante do pessoal docente do Ensino Básico Público - Amélia Maria Trindade Lourenço (Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo); -----

----- e) Representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública – Maria Isabel Paiva Mateus (Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias); -----

----- f) Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundários privados - Eduardo Castro (Escola Internacional de Torres Vedras) -----

----- g) Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação – Maria Cecília Pires da Costa dos Santos Nazaré (Associação de Pais Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira) e Rute Maria Gomes Santos (Associação de Pais Agrupamento Escolas S. Gonçalo); ---

----- h) Representante das Associações de Estudantes – Henrique Santos (Associação de Estudantes da Escola Madeira Torres); -----

----- i) Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam atividades na área da educação - Susana Livro (Creche do Povo); -----

----- j) Representante dos Serviços Públicos de Saúde - Cecília Louzeiro (Centro Saúde de Torres Vedras);-----

----- l) Representante dos Serviços de Segurança Social - Cidália Dores Lopes Soares; -----

----- m) Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Carlos Pinto; -----

----- n) Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto – Eduarda Maria Gomes Marques e em sua substituição Paula Cristina Marcos Lopes (Instituto Português do Desporto e Juventude, IP – DRLVT);-----

----- o) Representantes das forças de segurança – Sr. Tenente Hugo Alexandre Lourenço Torrado (GNR) e em sua substituição 1º Sargento Hélio Filipe da Silva Vitorino (GNR) e Chefe Fernando Nuno Franco Pereira (PSP);-----

----- p) Representante do Conselho Municipal de Juventude – Simão Póvoa. -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 11:20 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---